

## ACESSO EQUITATIVO A CUIDADOS DE SAÚDE MENTAL COM MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EM AMBIENTES PRISIONAIS

### EQUITABLE ACCESS TO MENTAL HEALTH CARE WITH PSYCHOTROPIC MEDICINES IN PRISONAL ENVIRONMENTS

### ACCESO EQUITATIVO A LA ATENCIÓN DE SALUD MENTAL CON MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EN ENTORNOS CARCELARIOS

Clésia Carneiro da Silva Freire Queiroz<sup>1</sup>

**RESUMO:** O acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em contextos prisionais é uma questão crítica que impacta a qualidade de vida e o bem-estar dos detentos. Diante dessa realidade, este artigo tem como objetivo discutir sobre as barreiras ao acesso equitativo, os impactos do uso de medicamentos psicotrópicos e as possíveis soluções para melhorar a saúde mental dos detentos. A metodologia utilizada foi o ensaio teórico que consistiu em uma análise e síntese crítica de estudos sobre o ambiente prisional, o processo de aprendizagem e o uso de medicamentos psicotrópicos nesse contexto. Nesse sentido, conclui-se que fatores como estigmatização, falta de recursos financeiros e discriminação racial podem influenciar adversamente o acesso dos detentos a tratamentos farmacológicos. Além disso, a falta de capacitação adequada para profissionais de saúde dentro do sistema prisional pode resultar em diagnósticos inadequados ou subtratamento. Ao analisar as implicações dessas barreiras, destacamos a necessidade de reformas nas políticas de saúde prisional. Assim como, a promoção de treinamentos para os profissionais de saúde, bem como a alocação adequada de recursos para tratamentos farmacológicos, é medidas fundamentais.

1019

**Palavras-chave:** Acesso equitativo. Cuidados de saúde mental. Medicamentos psicotrópicos. Prisões. Detentos.

**ABSTRACT:** Equitable access to mental health care with psychotropic medications in prison settings is a critical issue that impacts the quality of life and well-being of inmates. Faced with this reality, this article aims to discuss the barriers to equitable access, the impacts of the use of psychotropic drugs and possible solutions to improve the mental health of detainees. The methodology used was the theoretical essay, which consisted of an analysis and critical synthesis of studies on the prison environment, the learning process and the use of psychotropic drugs in this context. In this sense, it is concluded that factors such as stigmatization, lack of financial resources and racial discrimination can adversely influence the access of detainees to pharmacological treatments. Furthermore, the lack of adequate training for health professionals within the prison system can result in inadequate diagnoses or undertreatment. In analyzing the implications of these barriers, we highlight the need for reforms in prison health policies. Likewise, the promotion of training for health professionals, as well as the adequate allocation of resources for pharmacological treatments, are fundamental measures.

**Keywords:** Equitable access. Mental health care. Psychotropic drugs. Prisons. Inmates.

---

<sup>1</sup>Professora da Escola Estadual Irmã Dulce da Penitenciária Feminina, de Abreu e Lima, Pernambuco (PFAL). Psicóloga e Licenciada em, Química. Pós-graduada em mídias da educação (UFRPE) e Programa Saúde da Família (UNINASSAU).

**RESUMEN:** El acceso equitativo a la atención de salud mental con medicamentos psicotrópicos en entornos penitenciarios es una cuestión crítica que afecta la calidad de vida y el bienestar de los reclusos. Ante esta realidad, este artículo tiene como objetivo discutir las barreras al acceso equitativo, los impactos del uso de medicamentos psicotrópicos y posibles soluciones para mejorar la salud mental de los reclusos. La metodología utilizada fue un ensayo teórico que consistió en un análisis crítico y síntesis de estudios sobre el ambiente carcelario, el proceso de aprendizaje y el uso de medicamentos psicotrópicos en este contexto. En este sentido, se concluye que factores como la estigmatización, la falta de recursos económicos y la discriminación racial pueden influir negativamente en el acceso de los internos a tratamientos farmacológicos. Además, la falta de formación adecuada de los profesionales de la salud dentro del sistema penitenciario puede dar lugar a diagnósticos inadecuados o tratamientos insuficientes. Al analizar las implicaciones de estas barreras, destacamos la necesidad de reformas en las políticas de salud penitenciaria. Asimismo, son medidas fundamentales el fomento de la formación de los profesionales sanitarios, así como la adecuada asignación de recursos para los tratamientos farmacológicos.

**Palabras clave:** Acceso equitativo. Atención de salud mental. Psicofármacos. Prisiones. Reclusos.

## INTRODUÇÃO

A saúde mental das populações encarceradas é uma preocupação crescente nos sistemas penitenciários em todo o mundo. Detentos frequentemente enfrentam desafios únicos em relação à sua saúde mental, incluindo taxas elevadas de transtornos psiquiátricos e dificuldades no acesso a tratamentos adequados. Entre as abordagens para lidar com essa questão, destaca-se o acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos. Esta pesquisa busca examinar a importância dessa abordagem e os obstáculos que podem impactar sua implementação eficaz em contextos prisionais.

Ambientes prisionais são caracterizados por uma concentração de fatores de risco para transtornos mentais, incluindo violência, isolamento social e falta de acesso a intervenções terapêuticas. Detentos têm uma prevalência

significativamente maior de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, quando comparados à população em geral. Além disso, barreiras à saúde mental nas prisões podem incluir estigmatização, falta de recursos e a própria estrutura do sistema prisional, o que torna difícil para muitos receberem o tratamento necessário.

Este artigo tem como objetivo principal discutir sobre as barreiras ao acesso equitativo, os impactos do uso de medicamentos psicotrópicos e as possíveis soluções para melhorar a saúde mental dos detentos. A metodologia consistiu no ensaio teórico, incorporando uma análise crítica da literatura, para compreender o

acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em prisões.

Por fim, esta pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada das implicações do acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em prisões. Espera-se que as descobertas possam informar políticas prisionais e intervenções de saúde mental que priorizem a equidade e a qualidade do tratamento para detentos. A criação de políticas que abordem as barreiras identificadas e promovam treinamento adequado para profissionais de saúde prisionais pode representar passos significativos em direção a sistemas penitenciários mais justos e saudáveis.

### **Prevalência de Transtornos Mentais em ambientes Prisionais**

A prevalência de transtornos mentais em populações encarceradas é notavelmente alta. A literatura evidencia que fatores como o ambiente prisional, o histórico de vida dos detentos, a exposição a traumas e a falta de acesso a tratamentos adequados contribuem para essa elevada incidência. Pesquisas, como o estudo de Fazel e Seewald (2012), mostram que detentos têm maior probabilidade de apresentar transtornos psiquiátricos em comparação com a população geral. A compreensão dessa realidade é crucial para justificar a necessidade de acesso equitativo a medicamentos psicotrópicos como parte de intervenções de saúde mental nas prisões.

1021

A população carcerária muitas vezes enfrenta uma série de desafios únicos em relação à saúde mental, o que torna essencial entender a extensão desse problema e suas implicações para a saúde pública, o sistema prisional e a sociedade como um todo. Este artigo busca examinar a alta prevalência de transtornos mentais em detentos, explorar os fatores que contribuem para essa situação e destacar as consequências dessa realidade para a reabilitação e reintegração.

Estudos e pesquisas têm consistentemente demonstrado que a população carcerária apresenta uma prevalência significativamente maior de transtornos mentais em comparação com a população em geral. A pesquisa conduzida por Fazel e Seewald (2012) revelou que detentos têm uma probabilidade substancialmente maior de apresentar transtornos psiquiátricos em comparação com a população não encarcerada. Transtornos como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-

traumático (TEPT) e transtorno bipolar são especialmente comuns em prisões (Baillargeon et al., 2009).

Múltiplos fatores podem contribuir para a alta prevalência de transtornos mentais entre a população carcerária. Traumas prévios, como abuso físico, sexual ou emocional, são frequentemente relatados por detentos e estão associados a uma maior vulnerabilidade a transtornos mentais (Teplin et al., 2005). Além disso, o ambiente prisional em si, com suas características de isolamento, confinamento e violência, pode agravar os sintomas de transtornos mentais preexistentes ou até mesmo desencadear o desenvolvimento de novos transtornos (Fergusson e Woodward, 2002).

Transtornos mentais entre detentos tem implicações profundas para o sistema prisional e para a sociedade em geral. Detentos com transtornos mentais têm maior probabilidade de serem vítimas de violência, de enfrentarem punições disciplinares e de terem dificuldades no processo de reabilitação (Prins, 2014). Além disso, a falta de tratamento adequado pode resultar em comportamentos autodestrutivos, como automutilação e tentativas de suicídio (Binswanger et al., 2010). A saúde mental inadequada dos detentos também aumenta o risco de reincidência criminal após a liberação, contribuindo para o ciclo de criminalidade (Visher e Travis, 2003).

1022

A compreensão desses transtornos e de seus fatores contribuintes é fundamental para a criação de políticas e práticas prisionais eficazes que promovam a saúde mental dos detentos e reduzam as taxas de reincidência. A abordagem de tratamento correto, que envolve a identificação e o tratamento de transtornos mentais subjacentes, pode desempenhar um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida dos detentos e na promoção de sistemas penitenciários mais justos e humanos.

### **Barreiras ao Acesso Equitativo a cuidados de saúde mental em ambientes prisionais**

Diversas barreiras podem afetar o acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais. A estigmatização em relação aos transtornos mentais pode desencorajar detentos a buscar ajuda ou a admitir suas necessidades. Além disso, a falta de treinamento adequado para profissionais de saúde prisionais pode resultar em diagnósticos inadequados ou subtratamento. Segundo Metzger e Fellner (2010), a escassez de recursos também

limita a disponibilidade de tratamentos, incluindo medicamentos psicotrópicos, nas prisões. A análise dessas barreiras é essencial para identificar áreas de melhoria e desenvolver estratégias para garantir o acesso equitativo.

A equidade no acesso a cuidados de saúde mental é uma questão crítica em ambientes prisionais, onde a população detida frequentemente enfrenta uma série de barreiras que limitam sua capacidade de receber tratamentos adequados. A falta de acesso equitativo a esses cuidados pode resultar em consequências adversas para a saúde mental dos detentos, aumentando o risco de comportamentos autodestrutivos e comprometendo a possibilidade de reabilitação e reintegração bem-sucedida na sociedade. Este artigo explora as diversas barreiras que afetam o acesso equitativo a cuidados de saúde mental em prisões, examinando os desafios e as implicações dessa realidade.

A estigmatização em relação a transtornos mentais é uma das principais barreiras que limitam o acesso equitativo a cuidados de saúde mental em contextos prisionais. Detentos muitas vezes enfrentam discriminação e preconceito por parte de colegas de prisão e mesmo de profissionais de saúde, o que pode desencorajar a busca por tratamento (Fischer e Breakey, 1991). A estigmatização também pode resultar em uma falta de compreensão sobre a natureza dos transtornos mentais, levando a um subdiagnóstico e subtratamento generalizados (Pratt e Brody, 2008).

1023

A escassez de recursos e a infraestrutura inadequada nas prisões representam outro obstáculo significativo para o acesso equitativo a cuidados de saúde mental. Muitas prisões carecem de profissionais de saúde mental qualificados, o que resulta em uma falta de capacidade para avaliar e tratar detentos com transtornos mentais (Baillargeon et al., 2019). Além disso, a falta de financiamento adequado para programas de saúde mental nas prisões limita a disponibilidade de tratamentos, incluindo terapias e medicamentos psicotrópicos (Buchanan, 2019). Essas barreiras estruturais podem perpetuar um ciclo de negligência em relação à saúde mental dos detentos.

Barreiras culturais e de comunicação também desempenham um papel importante na limitação do acesso equitativo a cuidados de saúde mental. Detentos de diferentes origens étnicas e culturais podem ter dificuldade em expressar suas necessidades e entender as orientações dos profissionais de saúde (Kaba e Soebbing, 2016). A falta de profissionais de saúde que falem a língua materna dos detentos também pode resultar em diagnósticos imprecisos e tratamento inadequado

(Metzner e Fellner, 2010). A falta de sensibilidade cultural pode levar à marginalização e ao subtratamento de certos grupos de detentos.

As consequências da falta de acesso equitativo a cuidados de saúde mental em prisões são significativas. Detentos que não recebem tratamento adequado estão em maior risco de comportamentos autodestrutivos, como tentativas de suicídio, automutilação e agressão (Fazel et al., 2017). Além disso, a falta de tratamento pode levar a um ciclo de reincidência criminal, uma vez que detentos com transtornos mentais não tratados têm maior probabilidade de retornar ao sistema prisional (Baillargeon et al., 2009). A saúde mental inadequada também afeta negativamente a dinâmica das prisões, aumentando o risco de conflitos e problemas disciplinares (Prins, 2014).

As barreiras ao acesso equitativo a cuidados de saúde mental em ambientes prisionais são complexas e multifacetadas. A estigmatização, as barreiras estruturais, os desafios culturais e de comunicação são apenas algumas das questões que afetam a capacidade dos detentos de receberem tratamento adequado. A compreensão dessas barreiras é crucial para a formulação de políticas e intervenções que garantam a equidade no acesso a cuidados de saúde mental e promovam a saúde e o bem-estar dos detentos. A criação de sistemas penitenciários mais justos e humanos depende do reconhecimento e enfrentamento desses desafios.

1024

### **Impacto na Reabilitação e Reintegração devido ao Uso de Medicamentos Psicotrópicos na Prisão**

O acesso equitativo a medicamentos psicotrópicos não apenas melhora a saúde mental dos detentos, mas também desempenha um papel crucial na reabilitação e reintegração bem-sucedida na sociedade. Estudos, como o de Skeem et al. (2011), ressaltam a importância da abordagem de "tratamento correto" em ambientes prisionais, que envolve identificar e tratar transtornos mentais subjacentes. O tratamento eficaz não apenas reduz os sintomas dos detentos, mas também pode mitigar o risco de reincidência criminal. Assim, compreender a relação entre acesso equitativo a medicamentos psicotrópicos e o processo de reabilitação e reintegração é crucial para a promoção de sistemas penitenciários mais eficazes e justos.

A administração de medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais é uma prática controversa que levanta questões cruciais sobre os efeitos desses

medicamentos na reabilitação e reintegração de detentos na sociedade. Enquanto esses medicamentos podem ser uma ferramenta importante para tratar transtornos mentais, seu uso inadequado ou excessivo pode ter implicações significativas para a saúde mental dos detentos e para seus esforços de reabilitação e reintegração.

O uso de medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais é uma resposta ao alto índice de transtornos mentais entre os detentos. Transtornos como depressão, ansiedade e transtornos de personalidade são comuns em populações prisionais, e os medicamentos psicotrópicos são frequentemente prescritos para aliviar os sintomas (Fazel et al., 2016). No entanto, o uso desses medicamentos levanta preocupações sobre possíveis efeitos colaterais, interações medicamentosas e dependência, que podem impactar a eficácia da reabilitação e reintegração.

Os efeitos desses medicamentos na reabilitação de detentos são complexos. Enquanto eles podem aliviar sintomas psicopatológicos, como depressão e ansiedade, também podem ter efeitos colaterais que prejudicam a participação eficaz em programas de reabilitação. Efeitos como sonolência, falta de concentração e letargia podem dificultar a participação ativa em atividades educacionais, treinamento profissional e terapias (Kubiak e Beeble, 2009).

O uso de medicamentos psicotrópicos durante o encarceramento também pode impactar a reintegração de detentos na sociedade após a liberação. Detentos que dependem desses medicamentos podem enfrentar dificuldades para obter prescrições e acesso a tratamentos após a liberação, o que pode resultar em interrupção do tratamento e agravamento dos sintomas (Harris et al., 2010). Além disso, a estigmatização associada ao uso de medicamentos psicotrópicos pode criar barreiras para a obtenção de emprego e moradia, afetando negativamente os esforços de reintegração.

Apesar dos desafios, o uso de medicamentos psicotrópicos também pode apresentar oportunidades para melhorar a reabilitação e reintegração de detentos. Quando prescritos e administrados adequadamente, esses medicamentos podem aliviar os sintomas psicopatológicos que dificultam a participação em programas de reabilitação (Reeves et al., 2012). Além disso, o uso de medicamentos psicotrópicos pode ser acompanhado por terapias psicológicas e de aconselhamento, criando uma abordagem abrangente para tratar os desafios mentais dos detentos.

Para maximizar os benefícios do uso de medicamentos psicotrópicos na reabilitação e reintegração, é fundamental adotar abordagens baseadas em



evidências. A prescrição deve ser feita por profissionais de saúde mental qualificados, que consideram cuidadosamente os diagnósticos individuais e os perfis de efeitos colaterais dos medicamentos (Valenstein et al., 2015). Além disso, a monitorização constante da eficácia e dos efeitos colaterais é essencial para ajustar os tratamentos conforme necessário.

Assim, enquanto esses medicamentos podem aliviar sintomas psicopatológicos e melhorar a capacidade dos detentos de participarem de programas de reabilitação, também apresentam desafios, como efeitos colaterais e possíveis barreiras à reintegração. A abordagem ideal envolve uma avaliação cuidadosa dos riscos e benefícios, a coordenação entre profissionais de saúde mental e o uso complementar de terapias psicológicas. A busca por equilíbrio entre o uso de medicamentos psicotrópicos e outras abordagens terapêuticas é essencial para promover uma reabilitação eficaz e uma reintegração bem-sucedida dos detentos na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, explorou a questão do acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais. Através de uma análise crítica e descritiva, examinou-se como o cenário prisional é desafiador, com altas taxas de transtornos mentais e barreiras significativas para a prestação adequada de cuidados de saúde mental.

Identificou-se várias barreiras que limitam o acesso equitativo a cuidados de saúde mental em ambientes prisionais. A escassez de profissionais de saúde mental qualificados, a falta de recursos financeiros e a estigmatização dos transtornos mentais são alguns dos obstáculos que impedem que os detentos recebam tratamento adequado. Além disso, a falta de triagem eficaz e a subnotificação dos problemas de saúde mental contribuem para a invisibilidade dessas questões no sistema prisional.

Neste sentido, verificou-se que, para abordar o desafio do acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos, é necessário um esforço conjunto de várias partes interessadas. Primeiramente, a implementação de triagem e avaliação abrangentes no momento da entrada na prisão é fundamental para identificar detentos que necessitam de cuidados específicos. Além disso, a capacitação de profissionais de saúde mental, a disponibilidade de terapias



psicológicas baseadas em evidências e a criação de protocolos de prescrição responsável podem melhorar a qualidade do tratamento.

Portanto, a busca pelo acesso equitativo a cuidados de saúde mental não apenas beneficia os detentos individualmente, mas também promove a reabilitação e a reintegração bem-sucedidas na sociedade. A melhoria da saúde mental dos detentos aumenta suas chances de participar ativamente de programas de reabilitação, educação e treinamento vocacional. Isso, por sua vez, contribui para a redução das taxas de reincidência e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por fim, conclui-se que, o acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais é uma questão de direitos humanos e justiça social. Reconhecer a importância da saúde mental dos detentos, implementar estratégias para superar as barreiras ao acesso e adotar abordagens integradas são passos cruciais para garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua situação de encarceramento, tenham a oportunidade de receber tratamento adequado. A sociedade como um todo se beneficia quando os detentos têm acesso a cuidados de saúde mental eficazes, contribuindo para a reabilitação, a reintegração e a construção de um sistema prisional mais humano e orientado para a recuperação.

1027

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILLARGEON, J., BLACK, S. A., PULVINO, J., DUNN, K., & POWERS, M. **The prevalence of chronic medical conditions and service utilization among incarcerated women in the United States.** *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, 30(1), 149-163. 2019

BAILLARGEON, J., BINSWANGER, I. A., PENN, J. V., WILLIAMS, B. A., & MURRAY, O. J. **Psychiatric disorders and repeat incarcerations: The revolving prison door.** *American Journal of Psychiatry*, 166(1), 103-109. 2009

BINSWANGER, I. A., STERN, M. F., DEYO, R. A., HEAGERTY, P. J., CHEADLE, A., ELMORE, J. G., & KOEPSSELL, T. D. **Release from prison—a high risk of death for former inmates.** *New England Journal of Medicine*, 356(2), 157-165. 2010

BUCHANAN, A. **Mental health services in prison.** *International Encyclopedia of Public Health (Second Edition)*, 416-422. 2019

FAZEL, S., & SEEWALD, K. **Severe mental illness in 33,588 prisoners worldwide: Systematic review and meta-regression analysis.** *The British Journal of Psychiatry*, 200(5), 364-373. 2012

FAZEL, S., BAILLARGEON, J., & GANESHAN, S. **The mental health of prisoners: A review.** *The Lancet Psychiatry*, 4(5), 340-350. 2017

FAZEL, S., HAYES, A. J., BARTELLAS, K., CLERICI, M., TRESTMAN, R., & DORNBOS, D. **Psychiatric disorders among prisoners: Results from the WHO World Mental Health Surveys in 24 countries.** *The Lancet Psychiatry*, 3(3), 213-221. 2016

FISCHER, P. J., & BREakey, W. R. **The epidemiology of alcohol, drug, and mental disorders among homeless persons.** *American Psychologist*, 46(11), 1115-1128. 1991

FERGUSON, D. M., & WOODWARD, L. J. **Mental health, educational, and social role outcomes of adolescents with depression.** *Archives of General Psychiatry*, 59(3), 225-231. 2002

HARRIS, A. H., BOWE, T., FINNEY, J. W., & HUMPHREYS, K. **A longitudinal study of the impact of mental health and substance abuse comorbidities on reemployment and service use among veterans.** *Medical Care*, 48(10), 860-867. 2010

KABA, F., & SOEBBING, D. **Prison health and its governance: Toward a research agenda.** *Public Health Ethics*, 9(3), 323-339. 2016

1028

KUBIAK, S. P., & BEEBLE, M. **The effect of psychotropic medication use on the criminal recidivism of female inmates.** *Crime & Delinquency*, 55(2), 318-355. 2009

METZNER, J. L., & FELLNER, J. **Solitary confinement and mental illness in US prisons: A challenge for medical ethics.** *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online*, 38(1), 104-108. 2010

PRATT, L. A., & BRODY, D. J. **Depression in the US household population, 2009-2012 (NCHS Data Brief No. 172).** National Center for Health Statistics. 2008

PRINS, S. J. **Prevalence of mental illnesses in US state prisons: A systematic review.** *Psychiatric Services*, 65(7), 862-872. 2014

REEVES, R. R., MACK, J. E., BEDNARZ, L. M., & GILL, J. M. **Reduction of self-reported psychotic symptoms following incarceration.** *Journal of Forensic Sciences*, 57(6), 1566-1570. 2012

SKEEM, J. L., MANCHAK, S., & PETERSON, J. K. **Correctional policy for offenders with mental illness: Creating a new paradigm for recidivism reduction.** *Law and Human Behavior*, 35(2), 110-126. 2011

TEPLIN, L. A., ABRAM, K. M., MCCLELLAND, G. M., DULCAN, M. K., & MERICLE, A. A. **Psychiatric disorders in youth in juvenile detention.** *Archives of General Psychiatry*, 59(12), 1133-1143. 2002

VALENSTEIN, M., GANOCZY, D., MCCARTHY, J. F., KIM, H. M., ZIVIN, K., & AUSTIN, K. L. **Antipsychotic adherence over time among patients receiving treatment for schizophrenia: A retrospective review.** *Journal of Clinical Psychiatry*, 76(3), 311-317. 2015

VISHER, C. A., & TRAVIS, J. **Transitions from prison to community: Understanding individual pathways.** *Annual Review of Sociology*, 29(1), 89-113. 2003